

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO  
TEIXEIRA**

**PORTARIA Nº 552, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020**

Publica a listagem dos atos normativos vigentes do Inep.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso VI do art. 16, do Anexo I do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.310, de 2 de abril de 2020, e pelo Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, e o que consta do processo nº 23036.007208/2019-66, resolve:

Art. 1º Publicar a listagem dos atos normativos vigentes do Inep nos termos do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES

(Publicação no DOU n.º 188 de 30.09.2020, Seção 1, página 241-250)

## ANEXO

### LISTAGEM DE ATOS NORMATIVOS VIGENTES DO INEP

<b>Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais</b>	
Portaria nº 282, de 11 de agosto de 2011	Instituir e aprovar a Política de Segurança da Informação (POSI) do Inep.
Portaria nº 399, de 31 de outubro de 2011	Institui o processo de contratação e de gestão de contratos de bens e serviços de tecnologia da informação (TI) do Inep, bem como o processo de demandas de serviços à Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE).
Portaria nº 400, de 31 de outubro de 2011	Estabelece a Metodologia de Gestão e Desenvolvimento de Sistemas (MGDS) do Inep.
Portaria nº 509, de 27 de agosto de 2013	Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Inep para o período 2013-2015.
Portaria nº 97, de 18 de fevereiro de 2016	Institui a unidade de Escritório de Gestão de Processos de Negócio (EGPN/DTDIE/Inep).
Portaria nº 98, de 18 de fevereiro de 2016	Institui a unidade de Escritório de Gestão de Projetos (EGPTI/DTDIE/Inep).
Portaria nº 99, de 18 de fevereiro de 2016	Institui a unidade de Escritório de Governança de Tecnologia da Informação (GOVTI/DTDIE/Inep).
Portaria nº 100, de 18 de fevereiro de 2016	Institui a unidade de Escritório de Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação (EGSTI/DTDIE/Inep).
Portaria nº 297, de 1º de abril de 2020	Torna público o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Inep para o período 2020-2022.
Portaria nº 315, de 15 de abril de 2020	Aprova a atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC) do Inep.
<b>Diretoria de Estudos Educacionais</b>	
Portaria nº 424, de 9 de outubro de 2015	Propõe consulta pública para coletar contribuições para avaliação do PNE (2014-2024).
Portaria nº 637, de 17 de julho de 2019	Disciplina o acesso às bases de dados protegidos no âmbito do Inep.
Portaria nº 598, de 9 de julho de 2019	Estabelece a criação e regulamenta a composição e as atribuições da editoria científica da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP).

Portaria nº 600, de 9 de julho de 2019	Estabelece a criação e regulamenta a composição e as atribuições do comitê editorial da revista Em Aberto.
<b>Diretoria de Gestão e Planejamento</b>	
Portaria nº 50, de 20 de junho de 2002	Aprova critérios e procedimentos para a realização da Avaliação de Desempenho Institucional e Individual para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (GDATA).
Portaria nº 32, de 6 de abril de 2004	Delegar ao Diretor de Gestão e Planejamento competência para autorizar viagens e conceder diárias a servidores, consultores e colaboradores eventuais, incluindo as custeadas com recursos de projetos de cooperação com organismos internacionais.
Portaria nº 46, de 16 de março de 2009	Regulamenta procedimentos para avaliação do estágio probatório.
Portaria nº 67, de 23 de março de 2010	Definir os serviços que se enquadram como de natureza contínua.
Portaria nº 263, de 10 de agosto de 2011	Dispõe sobre a normatização dos procedimentos de aquisição de bens e serviços, no âmbito do Inep.
Portaria nº 248, de 13 de julho de 2012	Normatiza e uniformiza os procedimentos funcionais e critérios para a utilização dos serviços terceirizados, que sustentam as atividades de apoio operacional administrativo, no âmbito do Inep.
Portaria nº 379, de 15 de outubro de 2012	Regulamenta o pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) no Inep.
Portaria nº 729, de 27 de dezembro de 2012	Normatização de procedimentos de licitação.
Portaria nº 23, de 29 de janeiro de 2013	Regulamenta o custeio de cursos e eventos de curta duração.
Portaria nº 529, de 10 de setembro de 2013	Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos de Aplicação dos Exames e Avaliações no âmbito do Inep.
Portaria nº 732, de 30 de dezembro de 2013	Dispõe sobre a normatização dos procedimentos para gestão e fiscalização dos contratos administrativos no âmbito do Inep.
Portaria nº 26, de 21 de janeiro de 2014	Regulamenta promoção e progressão no Inep.
Portaria nº 282, de 5 de junho de 2014	Regulamenta procedimentos para solicitação de férias.
Portaria nº 501, de 10 de outubro de 2014	Regulamenta cessão no âmbito do Inep.
Portaria nº 399, de 17 de setembro 2015	Regulamenta a remoção interna.

Portaria nº 118, de 14 de abril de 2015	Regulamenta a redução de jornada dos servidores.
Portaria nº 686, de 24 de agosto de 2016	Regulamenta pagamento da Retribuição por Titulação e da Gratificação de Qualificação.
Portaria nº 564, de 11 de novembro de 2016	Regulamenta o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.
Portaria nº 579, de 25 de novembro de 2016	Publica Protocolo de Acesso (Ambiente Seguro).
Portaria nº 413, de 16 de maio de 2017	Dispõe sobre os convênios a serem celebrados pelo Inep com os Operadores de Segurança Pública dos Estados para o apoio nas operações logísticas de sigilo e segurança dos exames e avaliações educacionais.
Portaria nº 507, de 13 de junho de 2018	Institui o Banco de Supervisores do Inep (BSI).
Portaria nº 650, de 31 de julho de 2018	Dispõe sobre as condutas e a dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar, previstas no artigo 7º da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, no âmbito do Inep.
Ofício-circular nº 0452820, de 11 de dezembro de 2019	Procedimentos de Desburocratização.
Portaria nº 397, de 10 de maio de 2019	Disciplina os procedimentos de audiências públicas sobre os editais de avaliações e exames realizados pelo Inep.
Portaria nº 537, de 11 de junho de 2019	Institui a Rede Nacional de Certificadores (RNC), composta por servidores públicos do Poder Executivo Federal e os docentes da rede pública estadual e municipal, para atuar no âmbito da aplicação das avaliações e exames sob a responsabilidade do Instituto.
Portaria nº 697, de 8 de agosto de 2019	Regulamenta e unifica o Comitê de Gestão de Pessoas.
Portaria nº 804, de 10 de setembro de 2019	Institui o Comitê Gestor do Ambiente Físico Integrado Seguro (Afis) no âmbito do Inep.
Portaria nº 902, de 29 de outubro de 2019	Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo do Inep e dá outras providências.
Portaria nº 908, de 1º de novembro de 2019	Dispõe sobre a utilização das vagas de garagem existentes no estacionamento interno do edifício-sede do Inep.
Portaria nº 1.044, de 27 de dezembro de 2019	Delega competência ao Diretor de Gestão e Planejamento praticar atos de ordenador de despesas.
Portaria nº 43, de 9 de janeiro de 2020	Dispõe sobre normas e procedimentos de segurança adotados para controle de acesso e permanência nas dependências do Inep.
Portaria nº 236, de 17 de fevereiro de 2020	Estabelece as normas e os procedimentos necessários para a transferência de qualquer material sigiloso de exames e avaliações no âmbito do Ambiente Físico Integrado de Segurança (Afis) do Inep para o ambiente seguro de empresa responsável pelos serviços de produção gráfica contratada pelo Instituto para os serviços de impressão dos instrumentos de aplicação de cada exame e avaliação sob seu domínio.

Portaria nº 237, de 17 de fevereiro de 2020	Estabelece as normas e procedimentos necessários para o retorno de qualquer material sigiloso de exames, avaliações e pré-testes do Inep sob custódia da gráfica contratada para o Ambiente Físico Integrado de Segurança (Afis) do Instituto, bem como o descarte de material sigiloso em meio físico e/ou digital pela gráfica contratada.
Portaria nº 238, de 18 de fevereiro de 2020	Formalização das Transferências Voluntárias de Recursos aos Estados.
Portaria nº 272, de 12 de março de 2020	Delega competência ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas do Inep para os fins que especifica.
Portaria nº 298, de 2 de abril de 2020	Disciplina, no âmbito do Inep, o recolhimento dos valores relativos ao ressarcimento dos serviços e materiais utilizados na reprodução de documentos, postagem e fornecimento de mídia óptica (CD-ROM) a terceiros.
Portaria nº 304, de 9 de abril de 2020	Dispõe sobre a utilização, no âmbito do Inep, do serviço de agenciamento de transporte terrestre de pessoal a serviço, realizado por meio de táxi, no Distrito Federal e entorno (TAXIGOV).
Portaria nº 344, de 14 de maio de 2020	Dispõe sobre os procedimentos para afastamento da sede e do País e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, no interesse da Administração, no âmbito do Inep.
Portaria nº 444, de 15 de julho de 2020	Disciplina a concessão de licença e afastamento de servidores para participação em ações de desenvolvimento de pessoas, no âmbito do Inep.
<b>Presidência - Organizacional</b>	
Portaria nº 74, de 4 de abril de 1997	Institui o Boletim de Serviço (BS).
Portaria nº 189, de 11 de setembro de 2007	Dispõe sobre a participação do Inep em comitês instituídos no âmbito do Ministério da Educação.
Portaria nº 212, de 1º de novembro de 2007	Ações em informação e em comunicação Web do Inep.
Portaria nº 93, de 13 de abril de 2010	Publicidade de utilidade pública.
Portaria nº 131, de 3 de maio de 2010	Delega função ao Assessor Técnico responsável pela Comunicação Social do Inep.
Portaria nº 68, de 15 de março de 2012	Delega competência ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao Inep e, em sua ausência, ao seu substituto legal, para receber intimações e notificações em mandados de segurança e habeas data, dirigidos ao Presidente e aos dirigentes da Autarquia.
Portaria Conjunta PF (Inep) nº 1, de 16 de dezembro de 2013	Estabelece diretrizes para o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Inep.
Portaria nº 643, de 23 de dezembro de 2016	Institui o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos do Inep.
Portaria nº 35, de 16 de janeiro de 2017	Adotar, como bandeira institucional do Inep, o modelo e respectivo estudo conceitual apresentados pela Diretoria de Estudos Educacionais do Instituto.

Portaria nº 36, de 16 de janeiro de 2017	Institui o Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais, no contexto das comemorações alusivas aos 80 anos do Inep).
Portaria nº 372, de 8 de maio de 2017	Dispõe sobre o pagamento, no âmbito do Inep, do Auxílio de Avaliação Educacional (AAE).
Portaria nº 637, de 26 de julho de 2018	Institui o Prêmio Calouro-Destaque.
Portaria nº 648, de 31 de julho de 2018	Institui o Prêmio Honra ao Mérito Educacional do Inep.
Portaria nº 230, de 2 de abril de 2018	Dispõe sobre o 2º Prêmio Inep de Jornalismo - Avaliações e Estatísticas Educacionais.
Portaria nº 330, de 6 de maio de 2020	Realoca funções de confiança entre unidades do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.
Portaria nº 503, de 21 de agosto de 2020	Dispõe sobre normas, rotinas e procedimentos de instrução do processo eletrônico no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.
Portaria nº 504, de 27 de agosto de 2020	Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos editados pelo Inep.
<b>Presidência - Gestão</b>	
Portaria nº 44, de 14 de fevereiro de 2012	Apresenta estrutura do modelo de gestão estratégica do Inep.
Portaria nº 986, de 21 de dezembro de 2017	Aprova o Regimento Interno do Inep.
Portaria nº 492, de 7 de junho de 2018	Institui a Política de Divulgação de Estatísticas, Exames e Avaliações, Estudos e Pesquisas Educacionais do Inep.
Portaria nº 82, de 7 de fevereiro de 2019	Institui a Política de Gestão de Risco do Inep.
Portaria nº 380, de 15 de junho de 2020	Atualiza a Política de Dados Abertos do Inep e aprova o Plano de Dados Abertos para o biênio 2020-2021, na forma do anexo.
<b>Presidência - Comissão de Ética</b>	
Portaria nº 207, de 14 de novembro de 2008	Constitui a Comissão de Ética.
Portaria nº 118, de 3 de maio de 2012	Designa membros da Comissão de Ética do Inep e dá orientações.
Portaria nº 34, de 28 de janeiro de 2014	Estabelece normas para consulta de conflitos de interesse no exercício de atividades privadas por parte dos servidores do Inep.

Resolução nº 1, de 30 de agosto de 2018	Aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética do Inep.
Portaria nº 579, de 4 de julho de 2018	Institui o Código de Ética dos Servidores do Inep.
<b>Presidência - Comitê de Governança Institucional</b>	
Portaria nº 105, de 19 de fevereiro de 2019	Atribui ao Comitê de Governança Institucional (CGI) as competências estabelecidas na Portaria CGU n.º 1.089/2018.
Portaria nº 899, de 23 de outubro de 2019	Recria o Comitê de Governança Institucional (CGI) do Inep.
Portaria nº 1.039, de 19 de dezembro de 2019	Dispõe sobre o Regimento Interno do Comitê de Governança Institucional (CGI) do Inep.
<b>Presidência - Projetos de Cooperação Internacional</b>	
Portaria nº 430, de 3 de novembro de 2010	Extingue a Comissão Permanente de Análise de Contratações de Consultoria por Produto (CCPD) e delega a competência aos diretores.
Portaria nº 165, de 22 de abril de 2013	Altera artigo da Portaria n.º 430/2010.
Portaria nº 26, de 18 de janeiro de 2016	Estabelece procedimentos a serem adotados no âmbito dos acordos de cooperação internacional para contratação de consultoria.
Portaria nº 251, de 20 de março de 2019	Reorganiza o Comitê Executivo de Planejamento e Monitoramento de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (CEPCT/Inep).
Portaria nº 538, de 11 de junho de 2019	Designa os coordenadores do Projeto PNUD BRA/15/002.
<b>Presidência - Auditoria Interna</b>	
Portaria nº 96, de 10 de março de 2014	Garantia de acesso de servidores da Auditoria Interna (Audin).
Portaria nº 97, de 10 de março de 2014	Atendimento de requisições de informações e monitoramento de demandas do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU).
Portaria nº 98, de 10 de março de 2014	Gerenciamento de informações no CGU-PAD.
<b>Presidência - Medidas de Enfrentamento ao Covid-19</b>	
Ofício-circular nº 0500169/2020/COGEP/DGP -INEP, de 13 de março de 2020	Medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - Coronavírus

Ofício-circular nº 0501457/2020/GAB-Inep, de 16 de março de 2020	Dispõe sobre medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - COVID-19.
Ofício-circular nº 0502286/2020/GAB-Inep, de 18 de março de 2020	Medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - Coronavírus.
Ofício-circular nº 0507166/2020/COGEP/DGP -INEP, de 26 de março de 2020	Concessão do auxílio-transporte, alteração de férias e reversão de jornada de servidores que executam suas atividades remotamente
Ofício-circular nº 0508594/2020/COGEP/DGP -INEP, de 31 de março de 2020	Alteração de férias de servidores em caráter excepcional
Ofício-circular nº 0515378/2020/GAB-INEP, de 16 de abril de 2020	Prorrogação das medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - Coronavírus.
Portaria nº 326, de 4 de maio de 2020	Dispõe sobre procedimentos relativos a servidores efetivos do Inep a outros órgãos durante o período de isolamento social.
Ofício-circular nº 0531602/2020/GAB-Inep, de 27 de maio de 2020	Prorrogação das medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - COVID-19.
Ofício-circular nº 0543179/2020/GAB-INEP, de 24 de junho 2020	Prorrogação das medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - Covid-19.
Ofício-circular nº 0555603/2020/GAB-INEP, de 28 de julho de 2020	Prorrogação das medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - Covid-19.
Portaria nº 479, de 3 de agosto de 2020	Institui o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades Presenciais nas dependências do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
Ofício-circular nº 0567150/2020/GAB-INEP, de 26 de agosto de 2020	Prorrogação das medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - Covid-19.
Ofício-circular nº 0579625/2020/GAB-INEP, de 25 de setembro de 2020	Prorrogação das medidas adicionais de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública - Covid-19.



<b>Presidência - Metas Institucionais</b>	
Portaria nº 92, de 11 de setembro de 2002	Fixa as metas do Inep para o período compreendido entre 1º de setembro de 2002 e 28 de fevereiro de 2003.
Portaria nº 6, de 13 de março de 2003	Fixa as metas do Inep para o período compreendido entre 1º de março de 2003 e 29 de fevereiro de 2004.
Portaria nº 58, de 17 de abril de 2008	Fixa as metas institucionais do Inep para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2008.
Portaria nº 348, de 23 de setembro de 2011	Retifica as metas institucionais do Inep para o período compreendido entre 1º de outubro de 2010 e 30 de setembro de 2011.
Portaria nº 182, de 15 de maio de 2015	Estabelece as metas institucionais do Inep, para o período compreendido entre 1º de outubro de 2014 e 30 de setembro de 2015
Portaria nº 541, de 30 de novembro de 2015	Estabelece as metas institucionais do Inep para o período 1º de outubro de 2015 e 30 de setembro de 2016
Portaria nº 429 de 5 de agosto de 2016	Revisa a Portaria n.º 541, de 30 de novembro de 2015.
Portaria nº 603, de 12 de julho de 2017	Estabelece as metas institucionais do Inep para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017.
Portaria nº 56, de 1º de fevereiro de 2018	Estabelece as metas institucionais do Inep para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018.
Portaria nº 155, de 28 de fevereiro de 2019	Fixa as metas institucionais globais e intermediárias do Inep para o ciclo 2018/2019.
Portaria nº 646, de 22 de julho de 2019	Publica a revisão das metas institucionais do Inep, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019.
Portaria nº 260, de 6 de março de 2020	Fixar as metas institucionais globais do Inep para o ciclo 2020, de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.
<b>Diretoria de Estatísticas Educacionais - Censo Escolar da Educação Básica</b>	
Portaria nº 2, de 24 de janeiro de 2003	Dispõe sobre o Censo Escolar 2003.
Portaria nº 12, de 17 de fevereiro de 2004	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as diversas etapas do processo de execução do Censo Escolar 2004.
Portaria nº 156, de 20 de outubro de 2004	Determina às unidades escolares a adequação de suas fichas de matrícula aos quesitos do questionário do Censo Escolar.
Portaria nº 9-A, de 14 de fevereiro de 2005	Estabelece as etapas do processo de execução do Censo Escolar 2005.

Portaria nº 14, de 16 de fevereiro de 2006	Estabelece as etapas do processo de execução do Censo Escolar 2006.
Portaria nº 46, de 27 de abril de 2007	Estabelece as etapas do processo de execução do Censo Escolar 2007.
Portaria nº 264, de 26 de março de 2007	Institui o Dia Nacional do Censo Escolar como a última quarta-feira do mês de maio de cada ano.
Portaria nº 316, de 4 de abril de 2007	Regulamenta o Censo Escolar da educação básica e a competência do Inep durante esse processo.
Portaria nº 68, de 30 de abril de 2008	Estabelece, para as diversas etapas e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2008, realizado via internet em todo o território nacional, as datas e os responsáveis que especifica.
Nota Técnica nº 004, de 2008	Procedimentos para notificar as escolas que não informarem os dados do Censo Escolar.
Nota Técnica nº 005, de 2008	Divulgação de informações constantes no Banco de Dados do Censo Escolar 2007.
Nota Técnica nº 006, de 2008	Processos da Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep referentes ao Censo Escolar.
Nota Técnica nº 002, de 2009	Sigilo de informações constantes no banco de dados do Censo Escolar.
Nota Técnica Conjunta nº 001/2011	Reestruturação da base de dados de cadastro do Sistema Educacenso.
Nota Técnica pesquisa de controle de qualidade do Censo da educação básica 2011	Dispõe sobre a metodologia utilizada na pesquisa e os principais resultados do Censo da Escolar 2011.
Nota Técnica nº 003, de 2013	Dispõe sobre as ações realizadas com os dados coletados pelo Censo Escolar para o cálculo das taxas de rendimento escolar.
Nota Técnica nº 004, de 2013	Procedimentos para a realização da Avaliação in loco das informações prestadas ao Censo Escolar da educação básica quanto à fidedgnidade dos dados com base nos registros escolares.
Portaria nº 58, de 3 de abril de 2009	Torna as informações do Cadastro de Alunos, Docentes, Auxiliares de Educação Infantil e Escolas (Cadmec) parte integrante do banco de dados do Censo Escolar.
Portaria nº 84, de 6 de maio de 2009	Estabelece, para as diversas etapas e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2009, realizado via Internet em todo o território nacional, as datas e os responsáveis que especifica.
Portaria nº 45, de 12 de fevereiro de 2010	Estabelece as datas para as diversas etapas e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2010.
Portaria nº 98, de 29 de abril de 2011	Estabelece para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2011, realizado via internet em todo o território nacional, as datas e os respectivos responsáveis.

Portaria nº 235, de 4 de agosto de 2011	Estabelece parâmetros para a validação e a publicação das informações declaradas ao Censo Escolar com vistas ao controle de qualidade e define as atribuições dos responsáveis pela declaração das informações.
Portaria nº 138, de 4 de abril de 2013	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2013, realizado via Internet em todo o território nacional.
Portaria nº 105, de 14 de março de 2014	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2014.
Portaria nº 109, de 17 de março de 2014	Prorroga as datas estabelecidas no art. 1º da Portaria n.º 138, de 4 de abril de 2013, relativas às etapas de coleta e atividades do processo de realização do Censo Escolar 2013.
Portaria nº 196, de 27 de maio de 2015	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2015.
Portaria nº 355, de 11 de agosto de 2015	Prorroga as datas estabelecidas nas alíneas "b", "c", "l" e "m" do inciso I, artigo 1º da Portaria n.º 196, de 26 de maio de 2015, relativas às etapas de coleta e atividades do processo de realização do Censo Escolar 2015.
Portaria nº 120, de 7 de março de 2016	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2016.
Portaria nº 105, 14 de março de 2015	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2014.
Portaria nº 286, de 7 de junho de 2016	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2016.
Portaria nº 1.017, de 19 de novembro de 2018	Torna sem efeito a Portaria n.º 733, de 17 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União n.º 136, seção 1, pp. 26 e 27, de 20 de julho de 2015, que retifica dados do Censo Escolar 2014.
Portaria nº 269, de 23 de março de 2017	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2017.
Portaria nº 254, de 11 de abril de 2018	Estabelece as datas e os respectivos responsáveis para as 2 (duas) etapas de coleta e atividades do processo de execução do Censo Escolar 2018, realizado via internet, por meio do sistema Educacenso, em todo o território nacional.
Portaria nº 503, de 11 de junho de 2018	Verificação in loco do Censo Escolar.
Portaria nº 249, de 20 de março de 2019	Define o cronograma de atividades do Censo Escolar 2019.
Portaria nº 357, de 22 de maio de 2020	Define o cronograma de atividades do Censo Escolar 2020.
<b>Diretoria de Estatísticas Educacionais - Convênios</b>	
Portaria nº 12, de 16 de abril de 2003	Estabelece a Tabela de Valores para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal.
Portaria nº 10, de 17 de fevereiro de 2004	Estabelece a Tabela de Valores para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal com o objetivo de apoiar a realização do Censo Escolar 2004.

Portaria nº 35, de 28 de fevereiro de 2005	Estabelece a Tabela de Valores para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal com o objetivo de apoiar a realização do Censo Escolar 2005.
Portaria nº 181, de 31 de agosto de 2005	Determina repasse orçamentário e financeiro ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visando à execução da pesquisa de verificação dos dados declarados ao Censo Escolar 2005.
Portaria nº 45, de 19 de abril de 2006	Estabelece a Tabela de Valores para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, com o objetivo de apoiar a realização do Censo Escolar 2006 e a implementação do Cadastro de Alunos, Docentes, Auxiliares de Educação Infantil e Escolas (Cadmec).
Portaria nº 46, de 19 de abril de 2006	Estabelece o critério para Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, objetivando apoio técnico para a realização do Censo Escolar 2006 e a implementação do Cadastro de Alunos, Docentes, Auxiliares de Educação Infantil e Escolas (Cadmec).
Portaria nº 38, de 10 de abril de 2007	Estabelece critério de Transferência de Recursos para Despesa de Capital aos Estados e ao Distrito Federal, objetivando apoio técnico para realização do Censo Escolar 2007.
Portaria nº 39, de 10 de abril de 2007	Estabelece a Tabela de Valores de Transferência de Recursos para Despesa Corrente aos Estados e ao Distrito Federal, segundo o critério de faixas por unidade de coleta, com o objetivo de apoiar a realização do Censo Escolar 2007.
Portaria nº 147, de 20 de maio de 2010	Estabelece os limites máximos de valores para a transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo Escolar 2010.
Portaria nº 47, de 10 de março de 2011	Estabelece limite máximo de valores para a Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, referentes ao ano letivo de 2011.
Portaria nº 39, de 8 de fevereiro de 2012	Estabelece o limite máximo de valores para a Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo Escolar 2012, em todos os levantamentos.
Portaria nº 143, de 9 de abril de 2013	Estabelece o limite máximo de valores para a Transferência de Recursos aos Estados e ao Distrito Federal, com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo Escolar 2013, em todos os levantamentos, bem como aquelas relativas à disseminação e à análise quantitativa e qualitativa das informações declaradas que subsidiam a implementação de políticas públicas educacionais nas diferentes esferas governamentais.
Portaria nº 148, de 4 de maio de 2015	Estabelece o limite máximo de valores para a Transferência Voluntária aos Estados e Distrito Federal, com o objetivo de apoiar a execução do Censo Escolar 2015.
Portaria nº 45, de 2 de fevereiro de 2016	Estabelece o limite máximo de valores para a Transferência de Recursos aos Estados e Distrito Federal, com o objetivo de apoiar as atividades de execução do Censo Escolar 2016, em todos os levantamentos, bem como aquelas relativas à disseminação e à análise quantitativa e qualitativa das informações declaradas que subsidiam a implementação de políticas públicas educacionais nas diferentes esferas governamentais.
Portaria nº 104, de 18 de fevereiro de 2019	Dispõe sobre as transferências de recursos para estados e Distrito Federal para apoio às atividades de execução do Censo Escolar 2019 e 2020.
<b>Diretoria de Estatísticas Educacionais - Censo da Educação Superior</b>	
Portaria nº 44, de 12 de fevereiro de 2010	Estabelece as datas para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2009.
Portaria nº 80, de 6 de abril de 2010	Estabelece novas datas para a realização das etapas e atividades relativas ao Censo da Educação Superior 2009.
Portaria nº 130, de 30 de abril de 2010	Estabelece novas datas para a realização das etapas e atividades relativas ao Censo da Educação Superior 2009.

Portaria nº 13, de 14 de janeiro de 2011	Fixa as etapas do Censo da Educação Superior 2010.
Portaria nº 85, de 12 de abril de 2011	Estabelece novas datas para a realização das etapas e atividades relativas ao Censo da Educação Superior 2010.
Portaria nº 107 de 16 de maio de 2011	Estabelece novas datas para a realização das etapas e atividades relativas ao Censo da Educação Superior 2010.
Portaria nº 437, de 22 de dezembro de 2011	Ficam estabelecidas as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2011.
Portaria nº 99, de 16 de abril de 2012	Prorroga os prazos estabelecidos no art. 1º da Portaria n.º 437, de 20 de dezembro de 2011, relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2011.
Portaria nº 9, de 14 de janeiro de 2013	Ficam estabelecidos para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2012, realizado via internet em todo o território nacional, as datas e respectivos responsáveis.
Portaria nº 200, de 26 de abril de 2013	Prorroga os prazos estabelecidos no art. 1º da Portaria n.º 9, de 14 de janeiro de 2013, relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2012, realizado via internet em todo o território nacional.
Portaria nº 794, de 23 de agosto de 2013	Dispõe sobre o Censo da Educação Superior.
Portaria nº 523, de 6 de setembro de 2013	Prorroga o prazo estabelecido no art. 1º, alínea "h", da Portaria n.º 200, de 26 de abril de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2013, relativo à divulgação dos dados consolidados do Censo da Educação Superior 2012, para a data de 16 de setembro de 2013.
Portaria nº 699, de 9 de dezembro de 2013	Estabelece para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2013 um cronograma específico para as universidades federais, considerando que as informações obtidas no censo serão utilizadas para o cálculo da matriz orçamentária e outros custeios; e um segundo cronograma para os Institutos e centros tecnológicos federais, faculdades isoladas federais e demais instituições de educação superior (estaduais, municipais, privadas e especiais).
Portaria nº 174, de 22 de abril de 2014	Prorroga os prazos estabelecidos no art. 1º, incisos I, II e III, da Portaria n.º 699, de 6 de dezembro de 2013, relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2013.
Portaria nº 597, de 16 de dezembro de 2014	Cronograma do Censo da Educação Superior 2014.
Portaria nº 85, de 25 de março de 2015	Prorroga os prazos relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2014, conforme o cronograma do Censo da Educação Superior 2015.
Portaria nº 132, de 23 de abril de 2015	Prorroga os prazos para os Institutos e centros tecnológicos federais, faculdades isoladas federais e demais instituições de educação superior (estaduais, municipais, privadas e especiais), relativos às etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2014.
Portaria nº 563, de 17 de dezembro de 2015	Cronograma do Censo da Educação Superior 2015.
Portaria nº 576, de 24 de novembro de 2016	Estabelece para as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2016 um cronograma específico para as universidades federais, considerando que as informações obtidas pelo censo serão utilizadas para o cálculo da matriz orçamentária e outros custeios; e um segundo cronograma para os Institutos e centros tecnológicos federais, faculdades isoladas federais e demais instituições de educação superior (estaduais, municipais, privadas e especiais).
Portaria nº 911, de 22 de novembro de 2017	Cronograma do Censo da Educação Superior 2017.

Portaria nº 945, 26 de outubro de 2018	Cronograma do Censo da Educação Superior 2018.
Portaria nº 417, de 14 maio de 2019	Institui o Banco de Colaboradores dos Censos Educacionais do Inep.
Portaria nº 911, de 6 de novembro de 2019	Cronograma do Censo da Educação Superior 2019.
Portaria nº 319, de 23 de abril de 2020	Altera o cronograma do Censo da Educação Superior 2019.
<b>Diretoria de Estatísticas Educacionais - Outros</b>	
Nota Técnica Conjunta nº 003/2014	Matrículas do Segmento Profissional da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada.
Nota Técnica nº 25/2014	Considerações acerca da minuta de Portaria Interministerial MEC/MDS (atribuições do Inep); NIS.
Portaria nº 91, de 2 de fevereiro de 2017	Torna público os princípios fundamentais e boas práticas que orientam a produção e a divulgação das estatísticas educacionais oficiais produzidas pelo Inep.
<b>Diretoria de Avaliação da Educação Básica - Enem</b>	
Portaria nº 110, de 4 de dezembro de 2002	Fica estabelecida, na forma desta Portaria e de seu Anexo I, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2003, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria nº 61, de 22 de agosto de 2003	Altera o art. 15 da Portaria n.º 110, de 4 de dezembro de 2002.
Portaria nº 53, de 19 de maio de 2004	O período de inscrição do Enem, estipulado no art. 6º da Portaria Inep n.º 24, de 23 de março de 2004, fica prorrogado para o período de 20 a 26 de maio de 2004 em todas as escolas de ensino médio.
Portaria nº 6, de 2 de fevereiro de 2005	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2005, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria nº 152, de 10 de agosto de 2005	Altera o caput do art. 15 da Portaria Inep n.º 6, de 2 de fevereiro de 2005.
Portaria nº 7, de 19 de janeiro de 2006	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2006, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria nº 26, de 23 de março de 2006	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2006, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria nº 8, de 6 de fevereiro de 2007	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2007, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria nº 55, de 3 de abril de 2008	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2008, como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da educação básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria nº 99, de 3 de julho de 2008	Reabrir as inscrições para participação no Enem 2008, exclusivamente via internet, no período compreendido entre as 8 horas do dia 7 de julho de 2008 e 23 horas e 59 minutos do dia 11 de julho de 2008, observado o horário oficial de Brasília (DF).

Portaria nº 109, de 27 de maio de 2009	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Enem no exercício de 2009, como procedimento de avaliação do desempenho escolar e acadêmico dos participantes, para aferir o desenvolvimento das competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania.
Portaria nº 244, de 22 de outubro de 2009	Altera a Portaria n.º 109, de 27 de maio de 2009, republicada no Diário Oficial da União n.º 107, de 8 de julho de 2009, seção 1, pp. 14 a 20.
Portaria nº 317, de 2 de dezembro de 2009	O Inep aplicará o Enem 2009 nas unidades prisionais que atendam aos requisitos estabelecidos nesta Portaria.
Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2010	O Inep aplicará o Enem 2009 nas unidades prisionais constantes no rol formalizado pela Diretoria de Tratamento Penal dos estados de Rio Grande do Sul e de São Paulo, devidamente protocolizados até 8 de janeiro de 2010, que atendam aos requisitos.
Portaria nº 202, de 8 de julho de 2010	Prorroga para as 23 horas e 59 minutos do dia 16 de julho de 2010 o término das inscrições do Enem 2010, constante no item 1.2 do Edital n.º 1, de 18 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2010, seção 3, p. 59.
Portaria nº 42, de 14 de fevereiro de 2012	Revoga a Portaria n.º 110, de 18 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União n.º 96, de 20 de maio de 2011, seção 1, p. 16.
Portaria nº 47, de 23 de fevereiro de 2012	Instituir a realização de oficinas centralizadas e/ou descentralizadas de elaboração e revisão de itens para o Banco Nacional de Itens (BNI) nos ambientes seguros do Inep ou das instituições de educação superior credenciadas, conforme procedimentos descritos em editais próprios.
Portaria nº 144, de 24 de maio de 2012	Dispõe sobre certificação de conclusão do ensino médio ou declaração parcial de proficiência com base no Enem.
Portaria nº 342, de 28 de setembro de 2012	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para cálculo e divulgação da proficiência média dos estudantes que realizaram o Enem 2011, por unidade escolar.
Portaria nº 15, de 21 de janeiro de 2013	Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de dados e resultados dos participantes do Enem, por parte de instituições de educação superior, como mecanismo de acesso ao ensino superior ou em processos seletivos.
Portaria nº 179, de 28 de abril de 2014	Dispõe sobre o processo de certificação, as competências das instituições certificadoras e do Inep e os requisitos necessários à obtenção de certificado de conclusão do ensino médio e declaração parcial de proficiência com a utilização dos resultados de desempenho obtidos no Enem.
Portaria nº 436, de 5 de setembro de 2014	Estabelece procedimentos e prazos para a utilização dos resultados no Enem em processos seletivos de acesso a vagas em instituições de educação superior, nacionais e estrangeiras, e em processos de certificação de conclusão do ensino médio realizados pelas Secretarias de Estado da Educação e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
Portaria nº 533, de 30 de outubro de 2014	Estabelece os procedimentos e critérios para a divulgação dos resultados do Enem 2013 por escola.
Portaria nº 572, de 26 de novembro de 2014	Alterar o prazo estabelecido para divulgação preliminar dos resultados do Enem 2013 por escola, previsto no art. 4º, da Portaria n.º 533, de 30 de outubro de 2014, para 1º de dezembro de 2014.
Portaria nº 267, de 19 de junho de 2015	Estabelece os procedimentos e critérios para a divulgação dos resultados do Enem 2014 por escola.
Portaria nº 501, de 27 de setembro de 2016	Estabelece critérios e procedimentos de cálculo e de divulgação dos resultados do Enem 2015 por escola.



<b>Diretoria de Avaliação da Educação Básica - Comissões</b>	
Portaria nº 244, 19 de março de 2019	Constituir comissão com a finalidade de realizar leitura transversal dos itens disponíveis no BNI, para montagem das provas do Enem 2019.
Portaria nº 727, de 19 de agosto de 2019	Institui as Comissões de Assessoramento Técnico-Pedagógico da Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep.
Portaria nº 728, de 19 de agosto de 2019	Institui a Comissão de Assessoramento Técnico-Pedagógico em Adaptação para Exames e Avaliações da Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep.
Portaria nº 771, de 30 de agosto de 2019	Institui a Comissão de Assessoramento em Psicometria do Inep.
Portaria nº 900, de 25 de outubro de 2019	Recria a Comissão Assessora em Educação Especial e Atendimento Especializado em Exames e Avaliações da Educação Básica, instituída pela Portaria n.º 438, de 9 de setembro de 2014, extinta pelo Decreto n.º 9.759, de 11 de abril de 2019.
Portaria nº 533, de 15 de setembro de 2020	Institui a Comissão de Assessoramento Técnico-Pedagógico para a Avaliação do Novo Ensino Médio da DAEB.
<b>Diretoria de Avaliação da Educação Básica - SAEB</b>	
Portaria nº 69, de 4 de maio de 2005	Estabelece a sistemática para a realização da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) no ano de 2005.
Portaria nº 89, de 25 de maio de 2005	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) no ano de 2005.
Portaria nº 47, de 3 de maio de 2007	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil) e da Aneb no ano de 2007.
Portaria nº 87, de 7 de maio de 2009	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização da Anresc/Prova Brasil e da Aneb no ano de 2009.
Portaria nº 149, de 16 de junho de 2011	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização da Anresc/Prova Brasil e da Aneb no ano de 2011.
Portaria nº 403, de 31 de outubro de 2011	Realização de edição especial da Anresc/Prova Brasil 2011 em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e municípios.
Portaria nº 410, de 3 de novembro de 2011	Os municípios que implantaram o ensino fundamental de nove anos em 2008 poderão requerer ao Inep a não divulgação de seus resultados na Anresc/Prova Brasil 2011 e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2011 até o final do mês de fevereiro de 2012.
Portaria nº 152, de 31 de maio de 2012	Resultados preliminares do Saeb/Prova Brasil 2011 disponíveis para os gestores educacionais no dia 4 de junho de 2012.
Portaria nº 304, de 21 de junho de 2013	Fica estabelecida a sistemática para a realização das avaliações do Saeb, composto pela Anresc, a Aneb e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), no ano de 2013.
Portaria nº 414, de 29 de julho de 2013	Dispõe sobre a divulgação dos requerimentos deferidos para realização da Anresc no ano de 2013.



Portaria nº 456, de 31 de julho de 2013	Referente à quantidade exigida de alunos presentes para realizar a ANA ou a Prova Brasil.
Portaria nº 174, de 13 de maio de 2015	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização das avaliações do Saeb, composto pela Anresc e a Aneb, no ano de 2015.
Portaria nº 424, de 9 de outubro de 2015	Propõe consulta pública para coletar contribuições para o aprimoramento dos indicadores selecionados para o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Educação (2014-2024).
Portaria nº 410, de 22 de Julho de 2016	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a estratégia para a realização da ANA, no ano de 2016.
Portaria nº 447, de 24 de maio de 2017	Estabelece diretrizes para o planejamento e a operacionalização do Saeb no ano de 2017.
Portaria nº 271, de 22 de março de 2019	Estabelece as diretrizes de realização do Saeb no ano de 2019.
Portaria nº 366, de 29 de abril de 2019	Estabelece as diretrizes de realização do Saeb no ano de 2019.
Portaria nº 328, de 5 de maio de 2020	Indicação dos interlocutores das avaliações da educação básica.
Portaria nº 497, de 18 de agosto de 2020	Estabelece nova redação aos Artigos 20, 21 e 23 da Portaria Inep nº 366, de 29 de abril de 2019.
<b>Diretoria de Avaliação da Educação Básica - Enceja</b>	
Portaria nº 77, de 16 de agosto de 2002	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seu Anexo, a realização do Enceja 2002.
Portaria nº 111, de 4 de dezembro de 2002	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seus Anexos I e II, a realização do Enceja 2003.
Portaria nº 44, de 10 de março de 2005	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seus Anexos, a realização do Enceja 2005.
Portaria nº 195, de 26 de setembro de 2005	Altera o artigo primeiro da Portaria n.º 145, de 3 de agosto de 2005: Art. 1º - A realização do Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos (Enceja), estipulado no art. 10º da Portaria Inep n.º 44, de 10 de março de 2005, fica transferido para o período de 19 e 20 de novembro de 2005, mantendo-se os horários estipulados, bem como as demais disposições.
Portaria nº 93, de 7 de julho de 2006	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seu Anexo, a realização do Enceja 2006.
Portaria nº 102, de 13 de julho de 2006	O período de realização do Enceja, estipulado no art. 8º da Portaria Inep n.º 93, de 7 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2006, fica transferido para o período de 18 a 19 de novembro de 2006, mantendo-se os horários estipulados, bem como as demais disposições.
Portaria nº 131, de 4 de agosto de 2006	Fica estabelecido o período de adesão pelas Secretarias de Educação (estaduais, do Distrito Federal ou municipais) ao Enceja, estipulado no artigo 1º desta Portaria.
Portaria nº 164, de 17 de	Estabelece as condições para aprovação em cada prova e as referências para a certificação dos participantes aprovados nas modalidades do Enceja 2006, em

outubro de 2006	estudo pelo Inep, disponível em cada Secretaria de Educação (estaduais, municipais e do Distrito Federal) e instituições que aderiram ao exame, a partir de 20 de outubro de 2006.
Portaria nº 44, de 20 de abril de 2007	Fica regulamentada, na forma desta Portaria e de seu Anexo, a realização do Encceja 2007.
Portaria nº 100, de 4 de julho de 2008	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Encceja 2008, no Brasil.
Portaria nº 136, de 8 de agosto de 2008	Fica regulamentada, na forma desta Portaria, a realização do Encceja 2008 para brasileiros residentes no exterior.
Portaria nº 192, de 22 de outubro de 2008	Altera o caput do art. 5º, da Portaria Inep n.º 100, de 4 de julho de 2008.
Portaria nº 147, de 4 de setembro de 2008	Regulamenta o art. 3º da Portaria Ministerial n.º 3.415, de 21 de outubro de 2004, no que tange à fundamentação teórico-metodológica do Encceja.
Portaria nº 173, de 31 de julho de 2009	Fica regulamentada, na forma desta Portaria, a realização do Encceja para brasileiros residentes no exterior.
Portaria nº 174, de 31 julho de 2009	Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Encceja 2009.
Portaria nº 252, de 30 de outubro de 2009	Prorroga as inscrições do Encceja 2009. Altera o caput do artigo 5º, 10º, 23 e 24 da Portaria Inep n.º 174, de 31 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 2009.
<b>Diretoria de Avaliação da Educação Básica - Celpe-Bras</b>	
Portaria nº 218, de 23 de setembro de 2009	O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), outorgado pelo Ministério da Educação (MEC), com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), será expedido mediante o resultado do exame efetuado nas instituições devidamente credenciadas - postos aplicadores - pelo MEC.
Portaria nº 29, de 27 de janeiro de 2010	O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), outorgado pelo Ministério da Educação (MEC), com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE), será expedido mediante o resultado do exame efetuado nas instituições devidamente credenciadas (postos aplicadores) pelo MEC.
Portaria nº 63, de 10 de março de 2010	Altera a Portaria Inep n.º 29, de 27 de janeiro de 2010, que institui o Celpe-Bras.
Portaria nº 334, de 2 de julho de 2013	Dispõe sobre credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de postos aplicadores e define procedimentos para aplicação do Celpe-Bras.
Portaria nº 392, de 9 de setembro de 2015	Credencia como posto aplicador do Celpe-Bras o Centro Cultural Brasil-Líbano, Beirute (Líbano).
Portaria nº 415, de 9 de outubro de 2015	Credencia como posto aplicador do Celpe-Bras a Universidade da Califórnia-Davis (EUA).
Portaria nº 205, de 2 de maio de 2016	Credenciar como posto aplicador do Celpe-Bras o Instituto LH Idiomas, situado na Rua Juscelino Barbosa, 1597-A Campus 1 (Avenida Amazonas, 5253, Centro, Alfenas - MG).

Portaria nº 351, de 22 de junho de 2016	Credenciar como posto aplicador do Celpe-Bras o Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia - MG).
Portaria nº 1.049, de 11 de dezembro de 2018	Credencia postos aplicadores do Celpe-Bras.
Portaria nº 1.103, de 27 de dezembro de 2018	Credencia postos aplicadores do Celpe-Bras.
Portaria nº 356, de 21 de maio de 2020	Dispõe sobre credenciamento, descredenciamento e credenciamento de postos aplicadores; define procedimentos para a realização do Celpe-Bras e determina outras providências.
<b>Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Indicadores de Qualidade da Educação Superior</b>	
Portaria nº 1890, de 3 de julho de 2002	Estabelece os cursos avaliados pelo Enade 2003.
Portaria nº 4, de 5 de agosto de 2008	Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).
Portaria nº 12, de 5 de setembro de 2008	Institui o Índice Geral de Cursos da instituição de educação superior (IGC).
Portaria nº 23, de 1º de dezembro de 2010	Altera dispositivos da Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007.
Portaria nº 599, de 17 de dezembro de 2014	Publica os resultados do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição referente ao ano de 2013 (IGC 2013).
Portaria nº 58, de 12 de março de 2015	Publica o resultado do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição referente ao ano de 2013 (IGC 2013).
Portaria nº 35, de 9 de fevereiro de 2015	Publica os resultados do Conceito Enade e do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referentes ao ano de 2013.
Portaria nº 23, de 20 de dezembro de 2016	Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
Nota Técnica nº 19/2017/CGCQES/DAES	Esclarece o procedimento de divulgação dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior de cursos e instituições de educação superior, referentes à edição de 2015, que estejam direta ou indiretamente relacionados a situações de questionamento de instituições apresentadas judicialmente, sem decisão judicial final.
Nota Técnica nº 22/2017/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2017.
Nota Técnica nº 11/2017/CGCQES/DAES	Apresenta os encaminhamentos e procedimentos a serem adotados em relação ao cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior (Conceito Enade, CPC e IGC) referentes ao ano de 2015, dos cursos de graduação e/ou instituições de educação superior afetados pelos problemas ocorridos durante a aplicação do Enade 2015, descritos na Nota Técnica DAES/INEP n.º 62, de 23 de dezembro de 2016.
Nota Técnica nº 2/2017/CGCQES/DAES	O objetivo desta Nota Técnica é apresentar a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade 1 referente ao ano de 2015.

Nota Técnica nº 3/2017/CGCQES/DAES	nº	O objetivo desta Nota Técnica é apresentar a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso 1 (CPC), indicador de qualidade que combina, em uma única medida, diferentes aspectos relativos aos cursos de graduação.
Nota Técnica nº 4/2017/CGCQES/DAES	nº	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano de 2015.
Nota Técnica nº 53/2017/CGCQES/DAES	nº	Apresenta os encaminhamentos e procedimentos adotados para a retificação das bases de insumos de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Curso Avaliados da Instituição (IGC), referentes ao ano 2016.
Nota Técnica nº 32/2017/CGCQES/DAES	nº	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2016. Os procedimentos descritos seguem as instruções estabelecidas pela Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 2010, e alterada pela Portaria Normativa n.º 23, de 20 de dezembro de 2016.
Nota Técnica nº 33/2017/CGCQES/DAES	nº	Apresenta a metodologia de cálculo do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), referente ao ano de 2016.
Nota Técnica nº 39/2017/CGCQES/DAES	nº	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano de 2016.
Nota Técnica nº 44/2017/CGCQES/DAES	nº	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2018.
Nota Técnica nº 46/2017/CGCQES/DAES	nº	Apresenta os encaminhamentos e procedimentos adotados para a retificação do Conceito Enade e do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) referentes ao ano de 2016.
Portaria nº 550, de 20 de junho de 2017	de	Estabelece aspectos gerais e procedimentos relativos à manifestação das instituições de educação superior sobre os insumos de cálculo e à divulgação dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior, referentes ao ano de 2016.
Portaria nº 209, de 7 de março de 2017	de	Publica os resultados do IGC 2015, conforme Anexo I, e os resultados do Conceito Enade 2015 e do CPC 2015, conforme Anexo II.
Nota Técnica nº 12/2017/CGCQES/DAES	nº	Esclarece o procedimento de cálculo da nota final do Enade.
Nota Técnica nº 2/2017/CGCQES/DAES	nº	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2015.
Nota Técnica nº 4/2018/CGCQES/DAES	nº	Apresenta os encaminhamentos e procedimentos adotados para a retificação do Índice Geral de Curso Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano 2016.
Nota Técnica nº 16/2018/CGCQES/DAES	nº	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2017. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pela Portaria Normativa n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, e pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017.
Nota Técnica nº 17/2018/CGCQES/DAES	nº	Apresenta a metodologia de cálculo do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) referente ao ano de 2017. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pela Portaria Normativa n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, e pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017.
Nota Técnica nº 18/2018/CGCQES/DAES	nº	Apresenta a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC). Os procedimentos descritos seguem as instruções estabelecidas pela Portaria Normativa MEC n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, e pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017.
Nota Técnica nº 19/2018/CGCQES/DAES	nº	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano de 2017. Os procedimentos descritos seguem as instruções estabelecidas pela Portaria Normativa MEC n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, e pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017.

Portaria nº 515, de 14 de junho de 2018	Define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2017, estabelece os aspectos gerais de cálculo, procedimentos de manifestação das instituições de educação superior sobre os insumos de cálculo e divulgação de resultados.
Portaria nº 840, de 24 de agosto de 2018	Dispõe sobre os procedimentos de competência do Inep referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.
Nota Técnica nº 18/2018/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC).
Portaria nº 901, de 8 de outubro de 2018	Publicar os resultados do Conceito Enade e do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) referentes ao ano de 2017
Portaria nº 1.074, de 17 de dezembro de 2018	Publicar os resultados do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição referente ao ano de 2017 (IGC 2017), e os resultados do Conceito Preliminar de Curso referente ao ano de 2017 (CPC 2017)
Nota Técnica nº 56/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referente ao ano de 2018. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018 e retificada em 3 de setembro de 2018.
Nota Técnica nº 37/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) referente ao ano de 2018. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018 e retificada em 03 de setembro de 2018.
Nota Técnica nº 44/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2018. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018 e retificada em 03 de setembro de 2018.
Nota Técnica nº 45/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) referente ao ano de 2018. Os procedimentos descritos foram definidos pelo Inep, conforme atribuição estabelecida pelo Decreto n.º 9235, de 15 de dezembro de 2017, e pela Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018, republicada em 31 de agosto de 2018 e retificada em 03 de setembro de 2018.
Portaria nº 586, de 9 de julho de 2019	Define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2018, estabelece os aspectos gerais de cálculo e os procedimentos de manifestação das instituições de educação superior sobre os insumos de cálculo e realiza divulgação de resultados.
Nota Técnica nº 44/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2018.
Nota Técnica nº 56/2019/CGCQES/DAES	Apresenta a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC) referente ao ano de 2018.
Portaria nº 429, de 2 de julho de 2020	Define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2019, estabelece os aspectos gerais de cálculo e os procedimentos de manifestação das instituições de educação superior sobre os insumos de cálculo e realiza divulgação de resultados.
<b>Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Enade</b>	
Portaria nº 990, de 2 de abril de 2002	Estabelece as diretrizes para organização e execução da avaliação das instituições de educação superior e das condições de ensino dos cursos de graduação.
Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003	Dispõe sobre requisitos e acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituição.

Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.
Portaria nº 107, de 22 de julho de 2004	O Enade será aplicado a uma amostra de estudantes de cada curso, nas áreas selecionadas a cada ano, garantida uma nova aplicação em tais áreas em um prazo máximo de três anos.
Portaria nº 108, de 22 julho de 2004	O Enade será aplicado no ano de 2004, para as áreas de conhecimento definidas na Portaria n.º 1606, de 1º de junho de 2004, do Ministério da Educação, relacionadas a seguir: Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional E Zootecnia.
Portaria nº 2.648, de 31 de agosto de 2004	Dispõe sobre a dispensa dos estudantes
Portaria nº 23, de 5 de janeiro de 2007	Dispensar do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, os alunos inscritos como voluntários e que tenham deixado de comparecer à prova.
Portaria nº 760, de 1º de agosto de 2007	Regularização da situação de estudantes concluintes habilitados no Enade 2005 e 2006 que não compareceram às provas realizadas em 6 de novembro de 2005 e 12 de novembro de 2006.
Portaria normativa nº 5, de 20 de março de 2007	Determina as áreas avaliadas pelo Enade 2007.
Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007	Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação; o cadastro e-MEC de instituições e cursos superiores; e consolida disposições sobre os indicadores de qualidade, o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS), o Enade e outras disposições.
Portaria nº 3, de 1º de abril de 2008	Determina as áreas e os cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Enade 2008 e dá outras providências.
Portaria nº 124, de 7 de agosto de 2008	Dispõe sobre o Enade 2008.
Portaria nº 129, de 7 de agosto de 2008	O Enade tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento.
Portaria nº 128, de 7 de agosto de 2008	O Enade tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento.
Portaria nº 166, de 30 de janeiro de 2008	Dispensar do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE 2007:
Portaria nº 1.366, de 12 de novembro de 2008	Estudantes habilitados e selecionados para o Enade 2008, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 3º da Portaria Normativa n.º 3/2008, que não participaram na prova realizada no dia 9 de novembro de 2008 poderão apresentar solicitação de dispensa do Enade 2008 no período de 13 a 27 de novembro de 2008.
Portaria nº 1, de 29 de janeiro de 2009	Determina as áreas e os cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Enade 2009 e dá outras providências.
Portaria nº 8, de 26 de junho de 2009	Altera os critérios de habilitação de estudantes das áreas e cursos superiores de tecnologia que serão avaliados pelo Enade 2009 e dá outras providências.
Portaria nº 145, de 25 de junho de 2009	Dispõe sobre os critérios para inscrição junto ao Enade 2009.

Portaria nº 5, de 22 de fevereiro de 2010	Determina os estudantes avaliados pelo Enade 2010.
Portaria nº 1.421, de 20 de dezembro de 2010	Determinadas as regras para a solicitação de dispensa e os critérios de análise.
Portaria nº 493, de 20 de dezembro de 2010	Dispõe sobre a solicitação de dispensa para o Enade 2010.
Portaria nº 9, de 26 de abril de 2010	Dispõe sobre a concessão de bolsas de estudo em cursos de pós-graduação stricto sensu aos estudantes concluintes dos cursos de graduação que obtiveram as melhores notas no Enade 2007 e 2008.
Portaria nº 23, de 1º de dezembro de 2010	Altera dispositivos da Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação; o cadastro e-MEC de instituições e cursos superiores; e consolida disposições sobre os indicadores de qualidade, o Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS), o Enade e outras disposições.
Portaria nº 6, de 6 de janeiro de 2011	Prorrogação até o dia 31 de janeiro de 2011 do prazo para solicitação de dispensa do Enade 2010.
Portaria nº 436, de 20 de dezembro de 2011	Estudantes habilitados a realizar o Enade 2011, nos termos do art. 3º, § 2º da Portaria Normativa MEC n.º 8/2011, que não participaram da prova realizada no dia 6 de novembro de 2011 poderão solicitar dispensa do Enade 2011, nos termos e prazos estabelecidos na presente Portaria.
Portaria nº 338, de 16 de setembro de 2011	Estabelece os procedimentos de divulgação dos indicadores de qualidade às instituições de educação superior.
Portaria nº 8, de 15 de abril de 2011	Avaliação dos estudantes pelo Enade 2011.
Portaria nº 188, de 12 de julho de 2011	Diretrizes para avaliação do componente de Formação Geral.
Portaria nº 216, de 26 de julho de 2011	Dispõe sobre a prova do Enade.
Portaria nº 419, de 27 de novembro de 2012	Estudantes habilitados a realizar o Enade 2012, nos termos do art. 5º, § 1º da Portaria Normativa MEC n.º 6/2012, que não participaram da prova realizada no dia 25 de novembro de 2012 poderão solicitar dispensa do Enade 2012, nos termos e prazos estabelecidos nesta Portaria.
Portaria nº 386, de 17 de outubro de 2012	Estabelecer os procedimentos de divulgação dos indicadores de qualidade às instituições de educação superior.
Portaria normativa nº 13, de 27 de junho de 2012	Retifica a Portaria Normativa n.º 6/2012.
Portaria normativa nº 6, de 14 de março de 2012	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2012.
Ofício de Dispensa Realização Enade 2012 Nº 000107	Dispensa da realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE 2012, em razão da greve.



Portaria nº 46, de 7 de fevereiro de 2013	Publica os resultados do Conceito ENADE 2011 e do Conceito Preliminar de Curso referente ao ano de 2011 (CPC-2011)
Portaria nº 683, de 26 de novembro de 2013	Dispõe sobre os estudantes dispensados da prova do Enade.
Portaria nº 238, de 10 de maio de 2013	Fica reaberto o prazo final de inscrição dos estudantes em situação irregular junto ao Enade de anos anteriores.
Portaria nº 252, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Tecnologia em Gestão Hospitalar.
Portaria nº 248, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Odontologia.
Portaria nº 250, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Tecnologia em Agronegócio.
Portaria nº 239, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Educação Física.
Portaria nº 247, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Nutrição.
Portaria nº 251, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Tecnologia em Gestão Ambiental.
Portaria nº 245, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Medicina.
Portaria nº 240, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Enfermagem.
Portaria nº 237, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Agronomia.
Portaria nº 246, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Medicina Veterinária.
Portaria nº 242, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Fisioterapia.
Portaria nº 253, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Tecnologia em Radiologia.
Portaria nº 243, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Fonoaudiologia.
Portaria nº 249, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Serviço Social.



Portaria nº 254, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Zootecnia.
Portaria nº 241, de 10 de maio de 2013	Estabelece diretrizes para o Enade 2013 relativas à área de Farmácia.
Portaria nº 6, de 27 de março de 2013	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2013.
Nota de esclarecimento nº1 - DAES/INEP - 09/07/2013	Estudantes irregulares de anos anteriores - Dispensa Enade 2013
Portaria nº 46, de 7 de fevereiro de 2013	Publica os resultados do Conceito Enade 2011 e do Conceito Preliminar de Curso referente ao ano de 2011 (CPC 2011)
Portaria nº 584, de 3 de dezembro de 2014	Dispõe sobre os estudantes dispensados da prova do Enade.
Portaria nº 530, de 27 de outubro de 2014	Estabelecer os procedimentos de divulgação do Conceito Enade, do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), referentes ao ano de 2013, às instituições de educação superior.
Portaria nº 471, de 22 de setembro de 2014	Publica os resultados dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior (CPC 2011, CPC 2012 e IGC).
Portaria nº 536, de 20 de junho de 2014	Fica reaberto o prazo final de inscrição dos estudantes em situação irregular junto ao Enade de anos anteriores.
Portaria nº 233, de 2 de junho de 2014	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2014.
Portaria nº 255, de 2 de junho de 2014	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2014.
Portaria nº 548, de 4 de dezembro de 2015	Dispõe sobre os procedimentos para o Enade 2014.
Portaria nº 347, de 5 de agosto de 2015	Dispensa membro da Comissão Assessora de Área de Direito.
Portaria normativa nº 3, de 6 de março de 2015	Estabelece as regras do Enade 2015.
Portaria nº 239, de 10 de junho de 2015	Dispõe sobre o Enade 2015.
Portaria normativa nº 5, de 9 de março de 2016	O Enade 2016 será aplicado para fins de avaliação de desempenho dos estudantes dos cursos.
Portaria nº 624, de 14 de dezembro de 2016	Estabelece os procedimentos de dispensa de participação no Enade 2016.

Nota de esclarecimento nº 1 DAES/INEP, de 30 de junho de 2016	Dispensa Enade 2016: estudantes irregulares de anos anteriores.
Portaria nº 1.442, de 9 de dezembro de 2016	Disciplina os procedimentos para apuração de denúncias de irregularidades praticadas pelas instituições de educação superior no Enade.
Portaria nº 287, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Agronomia.
Portaria nº 298, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Odontologia.
Portaria nº 294, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Formação Geral.
Portaria nº 300, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Agronegócio.
Portaria nº 303, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Gestão Hospitalar.
Portaria nº 295, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Medicina.
Portaria nº 293, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Fonoaudiologia.
Portaria nº 289, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Educação Física - Bacharelado.
Portaria nº 302, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Gestão Ambiental.
Portaria nº 305, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Zootecnia.
Portaria nº 288, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Biomedicina.
Portaria nº 297, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Nutrição.
Portaria nº 292, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Fisioterapia.
Portaria nº 296, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Medicina Veterinária.
Portaria nº 301, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Estética e Cosmética.

Portaria nº 291, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Farmácia.
Portaria nº 299, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Serviço Social.
Portaria nº 290, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Enfermagem.
Portaria nº 304, de 8 de junho de 2016	Estabelece diretrizes para o Enade 2016 relativas à área de Tecnologia em Radiologia.
Portaria normativa nº 8, de 26 de abril de 2017	Estabelece o regulamento do Enade para o ano de 2017.
Ofício-Circular nº 5/2017/GAB-Inep	Prorrogação do período de manifestação sobre a revisão e atualização da classificação dos cursos.
Portaria nº 493, de 6 de junho de 2017	Dispõe sobre o componente de Formação Geral do Enade 2017.
Portaria nº 507, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Matemática.
Portaria nº 494, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Filosofia.
Portaria nº 480, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Tecnologia em Gestão da Tecnologia da Informação.
Portaria nº 475, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciências Sociais.
Portaria nº 496, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Física - Bacharelado.
Portaria nº 471, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciências Biológicas.
Portaria nº 478, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial.
Portaria nº 484, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia.
Portaria nº 492, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Química.
Portaria nº 493, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Formação Geral.

Portaria nº 473, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciência da Computação.
Portaria nº 485, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Civil.
Portaria nº 500, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de História.
Portaria nº 503, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Letras-Português.
Portaria nº 489, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Florestal.
Portaria nº 511, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Química.
Portaria nº 513, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Sistemas de Informação.
Portaria nº 476, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciências Sociais.
Portaria nº 495, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Filosofia.
Portaria nº 509, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Música.
Portaria nº 508, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Matemática.
Portaria nº 472, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciências Biológicas.
Portaria nº 474, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Ciência da Computação.
Portaria nº 477, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.
Portaria nº 482, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia de Alimentos.
Portaria nº 479, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Tecnologia em Redes de Computadores.
Portaria nº 490, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Mecânica.

Portaria nº 491, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia de Produção.
Portaria nº 483, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Ambiental.
Portaria nº 497, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Física - Licenciatura.
Portaria nº 506, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Letras - Português-Inglês.
Portaria nº 469, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Arquitetura e Urbanismo.
Portaria nº 481, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Educação Física.
Portaria nº 488, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia Elétrica.
Portaria nº 498, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Geografia.
Portaria nº 486, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia de Computação.
Portaria nº 504, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Letras-Português.
Portaria nº 487, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Engenharia de Controle e Automação.
Portaria nº 502, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Letras-Inglês.
Portaria nº 501, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de História.
Portaria nº 512, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Química.
Portaria nº 470, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Artes Visuais.
Portaria nº 499, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Geografia.
Portaria nº 510, de 6 de junho de 2017	Estabelece diretrizes para o Enade 2017 relativas à área de Pedagogia.

Portaria normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018	Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
Portaria nº 501, de 25 de maio de 2018	Estabelece o regulamento do Enade 2018.
Portaria nº 444, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente de Formação Geral do Enade 2018.
Portaria nº 437, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Administração Pública para o Enade 2018.
Portaria nº 438, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Administração para o Enade 2018.
Portaria nº 439, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Ciências Contábeis para o Enade 2018.
Portaria nº 440, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Ciências Econômicas para o Enade 2018.
Portaria nº 441, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda para o Enade 2018.
Portaria nº 442, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Desing para o Enade 2018.
Portaria nº 443, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Direito para o Enade 2018.
Portaria nº 444, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Formação Geral para o Enade 2018.
Portaria nº 445, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gastronomia para o Enade 2018.
Portaria nº 446, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Comunicação Social - Jornalismo para o Enade 2018.
Portaria nº 447, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Psicologia para o Enade 2018.
Portaria nº 448, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Relações Internacionais para o Enade 2018.
Portaria nº 449, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Secretariado Executivo para o Enade 2018.
Portaria nº 450, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Serviço Social para o Enade 2018.

Portaria nº 451, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Comércio Exterior para o Enade 2018.
Portaria nº 452, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Design de Interiores para o Enade 2018.
Portaria nº 453, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Design de Moda para o Enade 2018.
Portaria nº 454, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Design Gráfico para o Enade 2018.
Portaria nº 455, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Comercial para o Enade 2018.
Portaria nº 456, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão da Qualidade para o Enade 2018.
Portaria nº 457, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos para o Enade 2018.
Portaria nº 458, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Pública para o Enade 2018.
Portaria nº 459, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Logística para o Enade 2018.
Portaria nº 460, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Marketing para o Enade 2018.
Portaria nº 461, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Processos Gerenciais para o Enade 2018.
Portaria nº 462, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Teologia para o Enade 2018.
Portaria nº 463, de 30 de maio de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Turismo para o Enade 2018.
Portaria nº 473, de 5 de junho de 2018	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Financeira para o Enade 2018.
Portaria nº 489, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Agronomia para o Enade 2019.
Portaria nº 490, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Arquitetura e Urbanismo para o Enade 2019.
Portaria nº 491, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Biomedicina para o Enade 2019.

Portaria nº 492, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Educação Física - Bacharelado para o Enade 2019.
Portaria nº 493, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Enfermagem para o Enade 2019.
Portaria nº 494, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Ambiental para o Enade 2019.
Portaria nº 495, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Civil para o Enade 2019.
Portaria nº 496, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia de Controle e Automação para o Enade 2019.
Portaria nº 497, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia de Computação para o Enade 2019.
Portaria nº 498, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia de Alimentos para o Enade 2019.
Portaria nº 499, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia de Produção para o Enade 2019.
Portaria nº 500, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Elétrica para o Enade 2019.
Portaria nº 501, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Florestal para o Enade 2019.
Portaria nº 502, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Mecânica para o Enade 2019.
Portaria nº 503, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Engenharia Química para o Enade 2019.
Portaria nº 504, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Farmácia para o Enade 2019.
Portaria nº 505, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Fisioterapia para o Enade 2019.
Portaria nº 506, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Fonoaudiologia para o Enade 2019.
Portaria nº 507, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Medicina para o Enade 2019.
Portaria nº 508, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Medicina Veterinária para o Enade 2019.



Portaria nº 509, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Nutrição para o Enade 2019.
Portaria nº 510, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Odontologia para o Enade 2019.
Portaria nº 511, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Zootecnia para o Enade 2019.
Portaria nº 512, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Agronegócio para o Enade 2019.
Portaria nº 513, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Estética e Cosmética para o Enade 2019.
Portaria nº 514, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Ambiental para o Enade 2019.
Portaria nº 515, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Gestão Hospitalar para o Enade 2019.
Portaria nº 516, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Radiologia para o Enade 2019.
Portaria nº 517, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente específico da área de Tecnologia em Segurança no Trabalho para o Enade 2019.
Portaria nº 518, de 31 de maio de 2019	Dispõe sobre o componente de Formação Geral do Enade 2019.
Portaria nº 828, de 16 de abril de 2019	Estabelece o regulamento do Enade 2019.
Portaria nº 654, de 24 de julho de 2019	Institui a Comissão de Assessoramento Técnico (CAT) para realização dos exames da Educação Superior: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade 2019
Portaria nº 828, de 16 de abril de 2019	Estabelece o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade 2019.
Portaria nº 771, de 30 de agosto de 2019	Institui a Comissão de Assessoramento em Psicometria do Inep.
Portaria nº 974, de 14 de novembro de 2019	Altera o artigo 3º, da Portaria nº 654 de 24 de julho de 2019 que institui a Comissão de Assessoramento Técnico (CAT) para realização dos exames da Educação Superior: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade 2019.
Portaria nº 14, de 3 de janeiro de 2020	Estabelece o regulamento do Enade 2020.
Portaria nº 261, de 6 de março de 2020	Institui as Comissões Assessoras de Área (CAA) para realização de atividades referentes ao Enade 2020.

Nota Técnica nº 2/2020 CGENADE/DAES	Constituição de normatização da CAT (Nota Técnica 02/2020/CGENADE/DAES).
Portaria nº 225, de 13 de fevereiro de 2020	Institui a Comissão de Assessoramento Técnico (CAT) para realização dos exames e avaliações no âmbito da educação superior.
Nota Técnica nº 3/2020/CGENADE/DAES	Subsidia a constituição e a nomeação das Comissões Assessoras de Área para realização de atividades referentes ao Enade 2020, com solicitação de empenho para pagamento de Auxílio de Avaliação Educacional (AAE) às referidas comissões.
<b>Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Avaliação in loco de Cursos de Graduação e IES</b>	
Portaria nº 73, de 9 de agosto de 2002	Dispõe sobre a designação de profissionais para participar de processos de avaliação de instituições de educação superior.
Nota Técnica Conjunta nº 9/2011/DAES/INEP/SERES/MEC	e Avaliação de cursos e instituições no ciclo avaliativo, como referencial para os processos de renovação de reconhecimento e credenciamento do Sinaes.
Nota Técnica nº 28/2013/DAES	Consolidação do instrumento de avaliação institucional externa do Sinaes.
Nota Técnica nº 62/2014/DAES	Definição da estrutura do relatório de autoavaliação institucional.
Nota Técnica nº 65/2014/DAES	Roteiro para relatório de autoavaliação institucional.
Nota Técnica nº 68/2014/DAES	Formação de comissões técnicas para o aprimoramento da utilização do IACG.
Nota Técnica nº 14/2014/DAES	Instrumento de avaliação institucional externa do Sinaes.
Nota Técnica nº 12/2014/DAES	Análise das sugestões de alteração do novo instrumento de avaliação institucional externa.
Nota Técnica nº 25/2015/DAES	Requisitos legais e normativos elencados nos IAIE; credenciamento e credenciamento de organização acadêmica (presencial); orientações aos avaliadores institucionais do BASIS.
Nota Técnica nº 23/2015/DAES	Esclarecimento sobre o indicador 3.6 IACG - presencial e a distância.
Nota Técnica nº 31/2015/DAES	Orientações para aplicação do indicador 2.10 do IACG - presencial e a distância.
Nota Técnica nº 44/2015/DAES	Formação de comissões técnicas para o aprimoramento da utilização do IACG.
Nota Técnica nº 40/2015/DAES	Adequação do IACG - presencial e a distância - ao curso de graduação em Medicina - Comissão Técnica de Medicina (consulta pública).

Nota Técnica nº 22/2015/DAES	Retificação de alterações realizadas para o IACG - presencial e a distância.
Nota Técnica nº 8/2015/DAES	Revisão do IACG nos graus de superior em tecnologia, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades presencial e a distância, do Sinaes.
Nota Técnica nº 34/2016/DAES	Documentos orientadores de referência aos processos de avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)
Instrução Normativa nº 1, de 15 de dezembro de 2017	Regulamenta o fluxo dos processos que chegaram à fase de avaliação externa in loco pelo Inep, a partir da vigência das portarias n.ºs 1.382 e 1.383, de 31 de outubro de 2017.
Nota Técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES	Novos instrumentos de avaliação externa: instrumentos de avaliação institucional externa - presencial e a distância (IAIE); instrumentos de avaliação de cursos de graduação - presencial e a distância (IACG).
Portaria nº 19, de 20 de dezembro de 2017	Dispõe sobre os procedimentos de competência do Inep referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.
Instrução Normativa nº 2, de 18 de dezembro de 2017	Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa n.º 19, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de competência do Inep referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.
Instrução Normativa nº 2, de 22 de dezembro de 2017	Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa n.º 19, de 13 de dezembro de 2017.
Instrução Normativa nº 2, de 21 de novembro de 2018	Regulamenta o Capítulo II da Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018.
Instrução Normativa nº 4, de 29 de novembro de 2018	Regulamenta o Capítulo II da Portaria Normativa n.º 840, de 24 de agosto de 2018.
Instrução Normativa nº 5, de 29 de novembro de 2018	Disciplina a capacitação dos integrantes do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) vinculados aos instrumentos anteriores aos previstos nas portarias n.ºs 1.382 e 1.383.
Nota Técnica nº 2/2018/CGACGIES/DAES	Revisão dos itens 4.9 e 5.5 da Nota Técnica n.º 16/2017/CGACGIES/DAES.
Portaria nº 536, de 16 de setembro de 2020	Regulamenta a Gestão do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASIS e do Banco de Avaliadores do Sistema de Avaliação de Escolas de Governo - SAEG.
<b>Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Revalida</b>	
Nota Técnica nº 3/2018/CGENADE/DAES	Metodologia de elaboração das provas do Revalida.
Nota Técnica DAES/INEP nº 23/2016	Metodologia de composição da Comissão Assessora de Avaliação da Formação Médica (CAAFM).
Nota Técnica nº 4/2018/CGENADE/DAES	Descreve os procedimentos e métodos adotados na definição das notas de corte das provas escrita e prática do Revalida.

Portaria nº 144, de 11 de abril de 2013	Instituído o Comitê Coordenador da Subcomissão do Revalida.
Portaria nº 168, de 1 de abril de 2016	Institui a Avaliação Nacional Seriada dos Estudantes de Medicina (Anasem).
Portaria nº 483, de 8 de setembro de 2016	Estabelece, para o ano de 2016, a aplicação da Anasem aos estudantes do 2º ano.
Portaria nº 430, de 2 de julho de 2020	Institui a Comissão Assessora de Avaliação da Formação Médica (CAAFM), para realização de atividades referentes às edições do Revalida.
Portaria nº 508, de 24 de agosto de 2020	Institui a Comissão de Análise de Itens (CAI) para aplicação do Método de Angoff modificado, com intuito de estabelecer o padrão de desempenho mínimo esperado (nota de corte) para a avaliação escrita e para a avaliação de habilidades clínicas no exame Revalida 2020.
Portaria nº 540, de 17 de setembro de 2020	Institui a Matriz de Referência do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida).
Portaria nº 436, de 8 de julho de 2020	Designa os membros que comporão a Comissão Assessora de Avaliação da Formação Médica - CAAFM, de caráter consultivo, para prestar suporte na realização do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras - Revalida 2020 de competência do Inep.